

## FUP intensifica luta para que convênio do INSS com Petrobrás/Petros seja mantido

**D**ando sequência às gestões políticas que tem feito para impedir que o convênio Petrobrás-INSS seja suspenso, a FUP reuniu-se, no último dia 27, com representantes do Ministério da Previdência Social para tratar desta questão. A reunião foi com o secretário executivo do Ministério, Carlos Eduardo Gabas, e a secretária adjunta, Elisete da Silva Iwai.

O coordenador da FUP, João Antônio de Moraes, solicitou a renovação do convênio e explicou os impactos negativos que o seu cancelamento trará para todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás, principalmente os aposentados e pensionistas. Moraes ressaltou o clima de apreensão que esta questão gerou na categoria, desde que o INSS comunicou sua intenção em cancelar o convênio a partir de fevereiro de 2013. A FUP reiterou que os trabalhadores irão reagir, caso isso ocorra, e deixou claro que os



sindicatos não medirão esforços para garantir a manutenção do convênio.

Ao final da reunião, os representantes do Ministério da Previdência Social disseram que compreendem toda a importância do convênio e se comprometeram a discutir a sua manutenção, ressaltando, no entanto, que ainda precisam

tratar de alguns pontos importantes com a Petrobrás e a Petros. A FUP continuará insistindo para que a Petrobrás e a Petros resolvam o quanto antes essa questão com o INSS e o Ministério da Previdência.

O convênio com o INSS existe desde 1984 e possibilita que a AMS seja mantida pela Petrobrás para os aposentados e

pensionistas e que a empresa garanta uma série de benefícios que foram conquistados pelo movimento sindical ao longo dos anos. É através do convênio Petrobrás/INSS que foi possível garantir aos aposentados e pensionistas o pagamento e o adiantamento dos benefícios da parcela do INSS nas mesmas datas da ativa; empréstimos com cálculo e desconto na parcela do INSS, entre outras cláusulas pactuadas nos Acordos Coletivos da categoria.

Desde que tomou conhecimento de que o INSS ameaça interromper o convênio a partir do ano que vem, a FUP tem cobrado dos gestores da Petrobrás e da Petros que busquem todos os canais possíveis para garantir a manutenção do convênio. Em reuniões com a FUP, no início de novembro, a gerência de RH da Petrobrás se comprometeu a fazer gestões junto à Previdência Social e ressaltou que não há interesse algum da empresa no fim do convênio.

### Encontro Jurídico discutirá estratégias de luta em defesa da soberania energética e de condições decentes de trabalho no setor petrolífero

A FUP e seus sindicatos realizam nos dias 03 e 04 de dezembro, no Rio de Janeiro, o Encontro Nacional Jurídico, que discutirá estratégias para garantir avanços dos trabalhadores na legislação do setor petrolífero, tendo como foco o Projeto de Lei dos movimentos sociais que restabelece o monopólio estatal através da Petrobrás 100% pública (PLS 531/2009). A luta por condições decentes de trabalho na indústria

de petróleo, principalmente no que diz respeito à saúde e segurança e o combate à precarização gerada pela terceirização, é outro tema de destaque do evento, que reunirá dirigentes sindicais e assessores jurídicos das principais bases da FUP.

Além disso, o encontro discutirá negociações e representações coletivas referentes à Cláusula 167 do Acordo Coletivo 2012/2013 (Comissão para Reso-

lução de Ações Judiciais); possível cancelamento do convênio do INSS com a Petrobrás; intervenções junto ao MPT - 10ª região; estratégias de atuação jurídica em relação às reivindicações de saúde e segurança e implantação do fundo garantidor. Também serão abordadas as ações e sentenças referentes às principais demandas da categoria, como RMNR, repouso remunerado e seus reflexos, aposentadoria es-

pecial, níveis e progressão automática.

O encontro terá como palestrantes os assessores jurídicos da FUP, Normando Rodrigues e Adilson Siqueira; o assessor parlamentar do DIAP, Antônio Augusto de Queiroz; o assessor atuarial da FUP, João Rodarte, e o conselheiro deliberativo eleito da Petros, Paulo César Martin, que irão traçar um panorama atual do fundo de pensão dos petroleiros e suas principais demandas.

# Fórum em Porto Alegre fortalece luta pela libertação do povo palestino

O Fórum Social Mundial Palestina Livre, em Porto Alegre, foi iniciado na última quinta-feira, 28 com a presença de mais de três mil pessoas de 36 países, representados nas atividades que promovem a luta pela libertação nacional dos palestinos. A abertura do Fórum, que coincidiu com os 65 anos da primeira resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a partilha da re-

gião da Palestina em dois estados, teve debates sobre o fim da ocupação e colonização israelense em todas as terras árabes e garantia de igualdade dos direitos fundamentais dos cidadãos árabe-palestinos que vivem em Israel.

A capital Gaúcha também presenciou um grande ato de solidariedade ao povo palestino, com a presença dos trabalhadores da

Marcha dos Sem, que se somaram à Marcha de Abertura do Fórum Social Mundial Palestina Livre. As atividades do Fórum prosseguem até este sábado, 01, com intensificação dos debates com movimentos sociais, que também defendem a proteção dos refugiados palestinos para que possam regressar às suas casas e propriedades.

## FUP participa de seminário sobre terceirização na Bahia

A FUP e o Sindipetro-BA participaram do seminário "Terceirização e seus Impactos nas Relações de Trabalho", promovido pela CUT Bahia, no último dia 29, no auditório do Ministério Público do Trabalho (MPT), em Salvador. O evento teve como ponto central o debate sobre o atual modelo de terceirização e as implicações do Projeto de Lei 4330, proposto pelo deputado federal Sandro Mabel

(PMDB-GO). Tanto os trabalhadores, como o MPT frisaram a urgência dos movimentos sindicais intensificarem a mobilização para barrar o avanço da terceirização nos setores produtivos e impedir a aprovação do projeto de Sandro Mabel, que precariza ainda mais essas relações de trabalho.

O coordenador da FUP ressaltou que "a única forma de impedir a precarização e o

avanço da terceirização é a mobilização sindical". Ele citou como exemplo a ação política da FUP e de seus sindicatos durante o debate da nova legislação do pré-sal, que garantiu a Petrobrás como operadora única. Moraes destacou que o grande desafio agora é fortalecer e ampliar a organização dos trabalhadores do setor privado e barrar os mecanismos de incentivo à terceirização.

## FUP defende monopólio estatal em seminário sobre conteúdo nacional na indústria do petróleo

No último dia 27, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados Federais debateu a participação do setor produtivo na indústria do petróleo, tendo como foco a questão do conteúdo nacional e os investimentos necessários para a exploração do pré-sal. O coordenador da FUP, João Antônio de Moraes, representou a CUT no seminário, que contou com a participação de representantes do governo ( ANP e Ministério de Minas e Energia), das empresas do setor, da

Aepet, além de especialistas e parlamentares.

A FUP ressaltou que somente com controle estatal nas atividades do setor petróleo é possível garantir uma política industrial de incentivo à produção nacional e de geração de renda e empregos de qualidade. "O restabelecimento do monopólio estatal na indústria de petróleo, através da Petrobrás 100% pública é a única forma de garantirmos que as riquezas geradas pelo setor sejam de fato aplicadas em políticas de desenvolvimento, com foco

na redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro. Precisamos de uma política nacional para o setor petróleo que incentive a indústria nacional, voltada para distribuição de renda e geração de mais e melhores empregos", defendeu o coordenador da FUP, João Antônio de Moraes.

Accesse na página da FUP a apresentação feita durante o seminário: <http://www.fup.org.br/2012/desenvolvimento/2220223-fup-defende-monopolio-estatal-em-seminario-sobre-conteudo-nacional-na-industria-do-petroleo>

## Encontro de mulheres petroleiras reafirma luta por igualdade

Trabalhadoras do Sistema Petrobrás participaram do 1º Encontro Sul de Mulheres Petroleiras, no último dia 24, em Curitiba. O evento foi realizado pelos Sindipetros PR/SC e RS e contou com a participação de 37 petroleiras da região Sul e também de outros estados do país. O encontro debateu desde a conjuntura da mulher no mercado de trabalho, passando pelos problemas enfrentados cotidianamente, como a violência e discriminação, até a situação da

mulher petroleira, inclusive das terceirizadas.

As petroleiras elaboraram uma série de propostas para o I Encontro Nacional de Mulheres Fupistas, que foi deliberado na última Plenafup para ser realizado em março de 2013. As principais questões apontadas foram a melhoria dos benefícios que facilitem a responsabilidade compartilhada de forma igualitária entre homens e mulheres, a rígida punição nas esferas empresarias de atos de assédio moral, a igualdade

de direitos e oportunidades entre homens e mulheres e entre trabalhadores terceirizados e próprios, a necessidade de mulheres ocuparem espaços de poder, além de mudança nas culturas sociais que aumentam as diferenças entre homens e mulheres.

Saiba mais sobre o encontro, na página da FUP: [www.fup.org.br/2012/noticias/sindicatos/sindipetro-prsc/2220206-encontro-de-petroleiras-do-sul-reafirma-luta-por-igualdade](http://www.fup.org.br/2012/noticias/sindicatos/sindipetro-prsc/2220206-encontro-de-petroleiras-do-sul-reafirma-luta-por-igualdade)

## CUT pressiona, mas fator previdenciário não é votado

Mais de mil militantes da CUT ocuparam o Congresso Nacional no último dia 28 para cobrar o fim do fator previdenciário, no entanto, o projeto que estabelece um novo cálculo das aposentadorias, com base na fórmula 85/95 proposta pelas centrais sindicais, não foi a votação, que havia garantido na semana passada o presidente

da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS). A pressão da CUT continua nos próximos dias para que o texto seja votado ainda esse ano.

Criado no governo FHC, o fator previdenciário reduz o valor do benefício do INSS para quem se aposenta antes da idade mínima (65 anos para os homens e 60 para as

mulheres), mesmo que tenha atingido o tempo de serviço (35 anos de contribuição para homens e 30 para mulheres). A fórmula 85/95, defendida pela CUT, soma o tempo de contribuição com a idade prevista para a aposentadoria. O benefício terá o valor integral (isento do fator) quando o resultado da soma for 95 para os homens e 85 para as mulheres.

**Edição 1066 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT [www.fup.org.br](http://www.fup.org.br)**

Av. Rio Branco,133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21)3852-5002 [imprensa@fup.org.br](mailto:imprensa@fup.org.br) Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763

Texto: Alessandra Murteira e Caroline Cavassa - Projeto gráfico e diagramação: Cláudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição:

Anselmo, Caetano, Chicão, Daniel, Dary, Divanilton, Hoffman, Leopoldino, Marluzio, Moraes, Paulo Cesar, Silva, Simão, Ubiraney, Zé Maria,